

Ao Movimento Tradicionalista Gaúcho

Ao cumprimenta-lo (a) cordial e respeitosamente, vimos por meio desta encaminhar a tese "Os novos desafios dos novos tempos: por um tradicionalismo humanizador", para apreciação junto ao 68º Congresso Tradicionalista Gaúcho.

Sem mais, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Henrique Pereira Lima
(55) 996811238
henriqueplima@yahoo.com.br

Hélio Antônio Ardenghi Boeri
(55) 999622905
boerihelio@gmail.com

PROTOCOLO Nº 170283
RECEBIDO EM 10/12/19
RECEBIDO POR [assinatura]

AO 68º CONGRESSO TRADICIONALISTA GAÚCHO

TESE

**OS NOVOS DESAFIOS DOS NOVOS TEMPOS: POR UM
TRADICIONALISMO HUMANIZADOR**

Autores:

Henrique Pereira Lima

Hélio Antônio Ardenghi Boeri

APRESENTAÇÃO

O estabelecimento de um paradigma cultural de cunho regionalista no Rio Grande do Sul remonta ao século XIX. Indivíduos, associações e agremiações ao longo daquele século e do seguinte, empenharam-se em esforços de natureza literária, cultural, e, sobretudo, intelectual, na busca da construção de uma estética identitária regional. Assim, iniciou-se um processo de identificação, preservação e divulgação do patrimônio cultural rio-grandense de matriz terrunha e avoenga, por parte de indivíduos e instituições, as quais fomentaram distintas interpretações acerca destes elementos ao laborar tal identidade. A consciência cultural advinda deste esforço, sobrevivendo à passagem do tempo, inspirou no século XX novas ações afirmativas deste patrimônio, o qual tem no tradicionalismo sua forma melhor burilada.

O esforço preservacionista da cultura rio-grandense no século XIX e, início do século XX constituiu-se de forma efêmera. Contudo, converteu-se em relevante momento de experimentação e teorização acerca de seus objetivos e pressupostos. Além disso, a produção intelectual daquela época desempenhou relevante função – quiçá única àquele momento - na faina de registrar traços da cultura popular rio-grandense (ou de forma global, ou em parcialidades); do ethos do gaúcho campeiro e da sociedade rural na qual estava imergido. Desta forma, embora estas instituições não tenham transposto a passagem do tempo, suas obras transpuseram, e vieram oferecer subsídios e embasamento para a instauração de novas experiências e interpretações culturais de cunho regionalista, as quais viriam, no século XX a lograr o êxito temporal.

PARTE I

ALGUMAS QUESTÕES CONCEITUAIS

1. ALGUMAS QUESTÕES CONCEITUAIS

À análise dos processos de construção de identidade, assim como aos conjuntos de crenças que lhes dão forma, cabe a definição dos conceitos implicados na delimitação destes processos. Não raro, nos deparamos com ideias e conceitos que possuem amplo espectro de significados, exigindo, deste modo para a efetivação da transmissão de uma mensagem, o esclarecimento do sentido pelo qual o termo é tomado em determinado contexto.

Nesse sentido, buscamos delimitar o sentido conceitual dos termos aludidos na perspectiva de análise da construção de identidades no espaço rio-grandense e suas formas de expressão na contemporaneidade, os quais de uma forma ou de outra, estão implicados na construção histórica das identidades e em suas interpretações.

Assim, temos:

Tradicionalismo: “Ismo”, sufixo de origem grega que expressa a ideia de “sistema”, “conjunto”. A partir desta estrutura conceitual, o tradicionalismo se apresenta como um conjunto de conceitos de ordem geral, uma ideologia detentora de um arcabouço conceitual, que o qualifica como “[...] um movimento planejado e regulamentado, com uma administração descentralizada [...]” (MOURA, 2019), com abrangência geográfica e competências norteadoras/orientadoras da prática tradicionalista.

O tradicionalismo ganhou corpo na sociedade rio-grandense a partir de movimentos culturais espontâneos no final dos anos 40 e nas décadas seguintes do século XX, passando por um longo processo

de amadurecimento e institucionalização, o qual permitiu sua consolidação enquanto movimento cultural e enquanto ideologia.

Nesta condição, o tradicionalismo é um “[...] estado de consciência, que busca preservar as boas coisas do passado, sem conflitar com o progresso, através do cultuar, vivenciar e preservar o patrimônio sociocultural do povo gaúcho” (MOURA, 2019). Assim, temos o tradicionalismo como uma resposta orgânica e autônoma da sociedade rio-grandense ao avanço (invasão) de culturas e influências externas e à degradação do patrimônio cultural tradicional (tradições) local.

Aspecto fundamental do tradicionalismo é sua correspondência imediata a documentos filosóficos tais como a “Carta de Princípios do Tradicionalismo Gaúcho”, de Glaucus Saraiva da Fonseca e a Tese “O sentido e o valor do tradicionalismo”, de Luiz Carlos Barbosa Lessa, bem como sua relação com as orientações do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que é entidade que congrega todas as entidades tradicionalistas do Rio Grande do Sul. Fora destes parâmetros, não há tradicionalismo, embora possa haver o culto às tradições e à cultura.

Gaúcho (gentílico): tem como sinônimo “sul-rio-grandense” (SENADO, 2019) e identifica a população do Rio Grande do Sul. Corresponde a um gentílico estadual. Logo, diz respeito a toda a população do Rio Grande do Sul, independente de origem étnico-racial, cultural, etc. É uma identidade sócio/política que identifica uma população regional contexto político-administrativo global (Brasil e a relação estado-nação).

Gaúcho (histórico): Segundo Maestri (2009 p. 53) o gaúcho histórico remonta aos “[...] fins do século 16 e inícios do 17, [quando] nos campos próximos a Buenos Aires, ‘mozos perdidos’, vivendo nas franjas da sociedade ibérica local e subsistiam da caça ao gado selvagem”. Àquela época, a indefinição das fronteiras entre os impérios coloniais e, posteriormente entre os Estados Nacionais permitia o trânsito destes indivíduos pelo pampa (bioma presente no Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai), dominado pelo latifúndio estancieiro e criação de gado. Marcava sua vivência a oscilação entre aproximação e afastamento dos núcleos urbanos, bem como sua habilidade campeira e bélica (requisitada pela elite da região) que contrabalançava ao seu comportamento, “à margem” daquela sociedade. Assim, esses indivíduos ocupavam um lugar pendular, oscilando entre integração e afastamento em uma sociedade dirigida pelos proprietários que ora os recrutavam, ora os combatiam.

Conforme Golin (1987, p. 38, 39) os gaúchos:

“Eram igualmente arregimentados para as guerras de conquistas, sendo que o objeto conquistado, em regra, ficava com os militares, estancieiros ou funcionários. (...). Teve também atividades nobres na história. A exemplo da revolução artiguista, realizando a primeira revolução agrária da América Latina. Aliás, movimento social destruído por forças luso-brasileiras que também contavam com gaúchos em suas fileiras. Notadamente, eram grupos paramilitares organizados pelos estancieiros. Por um lado, serviam a El Rey e, por outro, realizavam o saque, enriquecendo ainda mais seus patrões.

Socialmente, a condição de não proprietário, aspecto invariável ao sujeito e a classe dos gaúchos consolidou não apenas econômicos, mas também culturais na organização social do Rio Grande do Sul. Como aponta Reichel (2006, p. 47) “a influência que a caça ao gado exerceu foi muito mais de ordem social e cultural, como o surgimento do homem característico da Região Platina [...]”. Através deste prisma, o gaúcho é o “não proprietário” marginalizado em alguns aspectos, e valorizado em outros contextos, como os bélicos, pela classe proprietária (estancieiros). Assim, entre insubordinação e subordinação, o gaúcho assumia uma “vivência - fronteira” cujos limites nem sempre claros, mantiveram-no oscilando entre a marginalidade e a integração.

O gaúcho histórico, de múltiplas faces, segundo Leenhardt (2002, p. 30), perambulou pelo “[...] espaço dos confins [...], terra por definição e para sua infelicidade, inexoravelmente sem limites”.

Assim, o gaúcho, como é encetado por Reichel e Gutfreind (1996, p. 167) seria um “[...] um produtor de hábitos, costumes, valores, ideias que se formaram, se mantiveram ou se transformaram à medida que ele experimentava relações concretas de dominação ou de subordinação”.

Apesar de este patrimônio cultural não possuir uma identidade política ou nacional (aqui sugere-se um tipo de *autodeterminação*, não de um povo, mas sim de uma classe social que, em vistas à sua sobrevivência, desconsiderava até as últimas consequências as diretrizes políticas, sociais, diplomáticas etc. dos impérios ibéricos e dos Estados Nacionais que os sucederam) sua interpretação assumiu três feições distintas: argentina, uruguaia e rio-grandense.

A redefinição do “gaúcho” por este processo de diferenciação gestado historiograficamente com apoio do Estado deu forma ao “gaúcho rio-grandense”, do mesmo modo que no Uruguai, deu forma ao gaúcho oriental, e na Argentina ao gaúcho argentino.

A definição do “gaúcho rio-grandense” decorre de sua distinção, uma vez que, conforme Woodward (2011, p. 9) “[...] a identidade é relacional”. Assim, a afirmação da identidade “gaúcho rio-grandense” no Rio Grande do Sul é uma forma de identificar o Rio Grande do Sul no contexto nacional, do mesmo modo que o diferencia do platino.

Gauchismo: O processo de construção da ideologia que no Rio Grande do Sul apropriou-se do gaúcho histórico e o (re) elaborou historiográfica, social e culturalmente a partir e interesses contemporâneos em cada momento histórico. Conforme Golin (1987, p. 17) a elaboração conceitual que deu forma às ideologias que tem no gaúcho (histórico ou idealizado) “[...] começou com o Partenon Literário no século passo, viveu o período dos Grêmios Gaúchos e chegou à década de quarenta, onde sofreu a sua reciclagem moderna e se afirmou historicamente como curiosa *ontologia*.

Essa construção oferece as bases para a sustentação do discurso do gaúcho – como identidade regional –, no século XX, partindo de elementos históricos, reelaborados. Desse modo, o gaúcho, através de novas cores, ascendeu a condição de grande, senão de maior, expressão de identidade do Rio Grande do Sul, dentro de um contexto mais amplo de identidades culturais e sociais.

O arcabouço teórico do gauchismo parte do universo do gaúcho histórico que, em processos ideológicos, culturais, políticos e sociais específicos no contexto argentino, uruguaio e brasileiro, deram forma a expressões particulares do “gaúcho – identidade” e de seu *ethos*. No contexto rio-grandense, esta construção inicia na literatura (Parthenon), seguido de associações culturais de caráter mais popular que a anterior (os grêmios¹ gaúchos), passando pelo movimento cultural da década de 40 do século XX, momento em que é fundado e teorizado o tradicionalismo.

É imprescindível destacar o comprometimento social de entidades como o Parthenon. Na gênese pensamento regionalista, habitava uma preocupação social relevante: alfabetização, igualdade entre gêneros, ampliação da cidadania, por exemplo, se faziam presentes nas ações daquela entidade. No tempo hodierno, iniciativas desta natureza encontram-se secundarizado, embora ocorram iniciativas pontuais ou que tais preocupações sejam preconizadas pela Carta de Princípios, e em outro documento de relevância social: Plano de Ação Social, de Onésimo Carneiro Duarte, o qual aponte para esta direção, propondo o incremento da responsabilidade social deste movimento cultural.

Proto-tradicionalismo: A partir de uma livre interpretação, consideramos o Proto-tradicionalismo as iniciativas culturais, de caráter individual ou institucional, com natureza associativa que antes de 1948 (fundação do 35 CTG de Porto Alegre), intentaram pesquisar, preservar e divulgar os hábitos, cultura, tradições e folclore rio-grandense, com predominância do universo rural/campeiro. É o período da formação dos grêmios gaúchos (final do século XIX e início do século XX). Tais iniciativas constituíram bases de inspiração filosófica à ação cultural que em a partir de 1948 estruturou os parâmetros propositivos do tradicionalismo.

Regionalismo: Compreende uma “[...] espécie particular de relações de regionalidade: aquelas em que o objetivo é o de criar um espaço – simbólico, bem-entendido – com base no critério da exclusão, ou, pelo menos, da exclusividade. Esse critério se manifesta, no caso da produção literária, pelo uso de um dialeto, quando não de uma língua, de estrita circulação interna” Pozenato (2003, p. 59). Nesse sentido, o regionalismo consiste em uma representação de um espaço e dos elementos que aí tem lugar, de forma a evidenciar suas particularidades, ou seja, as características capazes de diferenciar este território e seus elementos constituintes dos territórios vizinhos e globais, inclusive o território que o contém. O regionalismo “[...] obedece a um programa, a uma vontade de fazer, a um projeto elaborado segundo as convenções e a ideologia do que se pode denominar um movimento literário” Pozenato (1974, p. 15).

Regionalidade: “O critério de regionalidade deve, pois, abarcar tudo aquilo que traz a marca do regional como uma forma do particular. [...] A regionalidade está na representação de um universo regional, feita segundo um modo de ser regional” (POZENATO, 1974, p. 20). Dessa maneira, fica clara a dimensão de análise que o conceito de regionalidade permite, ao indicar as marcas de uma região presentes em diferentes manifestações, ampliando a noção de regionalismo, complementando-a.

Conservadorismo: Expressão com sentidos e significados plurais no tempo e em diferentes sociedades, estando presente em discursos de natureza filosófica, política, econômica, cultural, por exemplo. Seu uso demanda de uma delimitação dentro de um contexto específico. De forma sucinta, pode ser identificado como corrente de pensamento que busca deter a alteração de determinados aspectos da experiência social humana, oferecendo resistência às transformações potencialmente capazes de alterar as estruturas do exercício do poder político, econômico, cultural, etc.

Preservacionismo: A partir de uma interpretação autônoma, tem-se o preservacionismo, como detentor de uma pluralidade de significados, que variam de acordo com o meio em que é abordado. Neste contexto, cultural, é tomado como uma prática individual ou coletiva, refletida e orientada (pela tradição e/ou instituições, etc.) que busca preservar em evidenciar no contexto social, determinados aspectos comunitários e sociais pretéritos. Estes aspectos são considerados socialmente relevantes, em vista de sua capacidade de subsidiar o fortalecimento do núcleo cultural/social local, frente a influências externas de tendência massificadora e dominadora. A preservação busca oferecer subsídios ao fortalecimento das identidades individuais e, sobretudo, coletivas, como forma de promover os indivíduos e a coletividade, o que implica, inclusive na promoção e ampliação dos direitos humanos fundamentais.

O princípio preservacionista ao ser conjugado com o tradicionalismo, converte-o em “[...] um estado de alma e de espírito. [...] Uma forma de rever as coisas do passado na preocupação de retirar elementos fundamentais que possam ser utilizados para consolidar o indivíduo na sociedade atual. Tradição não é voltar ao passado, mas cultivar o passado CÔRTEZ (apud QUADRI, 2018). Deste modo, enquanto a postura conservadora sugere a manutenção do status quo, a preservação sugere o resgate e a preservação dos elementos históricos pertinentes às pessoas e às comunidades, no momento contemporâneo.

2. TRADICIONALISMO E IDENTIDADE CULTURAL

O Rio Grande do Sul, à luz de sua formação histórica, mostra-se multicultural e multiétnico, possuindo, desta forma, um expressivo patrimônio sociocultural. Entretanto, observa-se nas manifestações culturais mais amplas do estado, a presença hegemônica da imagem do gaúcho fronteiriço. Ademais, o próprio gentílico designativo do povo rio-grandense, “gaúcho”, reforça essa hegemonia. O tradicionalismo, desde sua origem, ocupar-se da preservação da historicidade e cultura do campo, local da gênese da identidade regional, sem pretender com isso, tomar para si o status de “única representação de identidade”. Entretanto, o vigor de seus pressupostos e a importância do universo rural nesta sociedade e, por fim, o grau de identificação individual com o discurso

tradicionalista (por ter uma origem rural/campeira ou ligação com este universo), viabilizou seu crescimento e sua capacidade de representação da coletividade, abraçando identidades de grupos “menores”.

A década de 40 do século XX, quando o tradicionalismo começa a ser delineado conforme o modelo atual, são “estabelecidos os códigos e constituída a identidade, [e] esta inicia um processo de consolidação ao longo do tempo, onde seus códigos serão permanentemente testados” (NETO, 2007, pg. 33), condição comum a todos os processos de construção de identidade sociocultural. Ao longo de sua trajetória, o tradicionalismo enfrentou diferentes questões acerca de sua pertinência. Antes de fragilizá-lo, tais questionamentos ofereceram novos espaços e dimensões para a reflexão e autocrítica, de modo a consolidar seus pressupostos.

É importante neste contexto levar em consideração a proposta do tradicionalismo: resgatar e preservar ao patrimônio sociocultural e histórico rio-grandense, ligados ao universo rural. Entretanto, salvo engano, recaiu equivocadamente sobre este movimento, apontamentos externos de que pretendia representar toda a história e todo o povo rio-grandense a partir de um único modelo.

Sendo que “[...] de modo geral, a identidade se origina a partir dos códigos que identificam a cultura e, portanto, são determinantes” (NETO, 2007, pg. 33), temos que o patrimônio cultural e histórico sobre o qual o tradicionalismo se edificou, ofereceu símbolos, códigos, condutas, tradições, hábitos, etc., ao movimento cultural que, acolhidos, vem reforçar o próprio patrimônio que subsidiou o tradicionalismo e sua própria evolução. É importante considerar que “[...] o processo de construção de identidades culturais evoca a origem e a história evolutiva do grupo social, onde determinados traços culturais se consolidam e passam a servir de ‘marca’, distinguindo-o e caracterizando-o perante os demais”. (NETO, 2007, pg. 33). Nesse sentido, os aspectos históricos e culturais de uma comunidade, ou parciais deste patrimônio, são recolhidos para subsidiar a construção das identidades.

3. O GAUCHISMO E TRADICIONALISMO: PERSPECTIVAS POSSÍVEIS

A cronologia do culto ao gaúcho, culto este entendido como movimento sociocultural de resgate, preservação e valorização da identidade regional pautada na trajetória histórico-cultural do gaúcho campeiro é bastante longa. Insere-se em um processo de formatação do regionalismo no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, pondera-se que o gauchismo antecede ao tradicionalismo, embora preserve com este um vínculo estreito e perene. O tradicionalismo, portanto, é uma das formas possíveis e já experimentadas de preservação e valorização das experiências sociais da comunidade rio-grandense.

O gauchismo e o tradicionalismo se observados como uma manifestação de identidade (ou esforço de construção), se associam a conceitos como *cultura* e *identidade cultural*, os quais são ferramentas fundamentais para o estabelecimento do processo de diferenciação entre grupos socioculturais, ou entre subgrupos inseridos em um mesmo contexto de relativa estabilidade social (por dividirem entre si um certo número de características unificantes). Ambos são, portanto, processos de construção de identidades amplas, que partem de um patrimônio restrito (no tempo, ou no espaço). Assim, o gauchismo, no contexto do esforço regionalista, guarda relação com o tradicionalismo, visto que ambos consistem em expressão orientada de conteúdo regionalista do Rio Grande do Sul.

A dimensão que particulariza o gauchismo e o tradicionalismo diz respeito à abrangência das referências que lhes formatam. Enquanto são mais restritas no tradicionalismo e mais amplas no gauchismo. Indo ao encontro da perspectiva do gauchismo enquanto uma forma de regionalismo mais amplo, temos a atuação do Parthenon Literário no século XIX, onde “seus generosos mentores quiseram-na espalhada a todos os domínios da inteligência, orientando letras e artes, mitigando injustiças sociais, apontando rumos à organização política (CESAR, pg. 172 *apud* ESTIMA, 2009, p. 106).

A produção cultural de cunho regionalista deste momento, possuía amplo sentido social, dialogando com as diversas dimensões que compõe a vida social, dando mostras da profundidade e da

ampliação de sua abordagem. Os temas regionais abordados pelos adeptos deste movimento, resgatavam traços culturais, mas também usavam a cultura como ferramenta de promoção humana.

Este gauchismo, no prisma do regionalismo promoveu um esforço por identificar e divulgar atributos regionais através de um olhar mais amplo e mais profundo, percebendo a sociedade como uma totalidade pluricultural e multiétnica, ultrapassando as raías da parcialidade. No caso do regionalismo gaúcho, estes atributos dizem respeito principalmente à realidade rural em constante transformação advinda das relações de poder aí existentes, e que, tomadas como referencial, ajudaram a construir o imaginário cultural acerca da estruturação histórico-social do estado.

4. O REGIONALISMO RIO-GRANDENSE

O regionalismo literário é aquele que com maior ênfase se fez presente no imaginário rio-grandense ao longo do século XIX, período em que são lançadas de forma contundente as bases da construção da identidade regional, em processos culturais conscientemente organizados e dirigidos ao longo daquele século e do século seguinte. A este, outras referenciais se somaram, como por exemplo, as vertentes romantizadas da história regional, fragmentos das memórias e registros de viajantes europeus que visitaram o Rio Grande do Sul, as experiências da imigração de diversas etnias.

O regionalismo rio-grandense do século XIX, inicia sua trajetória com a poesia, sendo seguida pela prosa. São, àquela época, representações idealizadas dos elementos ligados à terra, com grande carga ufanista que bebia na fonte do nativismo. Tem como marco fundante, o Parthenon Literário o qual constitui-se em prioritária referência sobre a expressão cultural rio-grandense daquele século. Fundado em Porto Alegre, em 18 de julho de 1868, era “formado por jovens poetas, prosadores e teatrólogos que além de divulgarem suas obras, lutavam pelas causas sociais, tais como a alfabetização dos escravos, e a implantação da República. Da mesma forma, trabalhavam constantemente pela valorização da mulher na sociedade e o acesso ao ensino” (COSTA DA SILVA, p. 3).

As obras dos autores deste movimento, são inúmeras e, em alguns casos, antecedem a própria fundação do Parthenon², mas dividindo com este, os motivos e temas. Em comum dividiam as fontes nativistas em sua elaboração, embora a vivência rural que as inspirava não constituísse um conhecimento ou vivência empírica de seus autores, mas sim, normalmente, teórico e idealizado, advindo de pesquisas. Além disso, e, talvez seja o aspecto de maior pertinência desta produção literária, constituindo ainda hoje uma problemática ainda não resolvida, estão as questões de natureza social, tal como a igualdade de acesso aos processos educacionais e culturais, promoção da equidade social, a violência advinda de perspectivas tortuosas sobre gênero, raça e classe social, etc.

O regionalismo militante do Parthenon Literário e de seus sócios deve ser levado em consideração como um movimento social de espectro mais amplo do que apenas literário: constituiu-se em uma plataforma às questões de ordem social de forma vanguardista, que apenas seriam tomadas como necessidades e, assim sendo, tornando-se discurso político e alvo de políticas públicas de forma significativa, no século seguinte. Infelizmente, a atuação desta agremiação teve curta duração. “O Parthenon Literário encerrou suas atividades em 1885, mas a semente plantada gerou bons frutos que os fazem ocupar um lugar de destaque e marcam uma identidade reconhecida por todos” (COSTA DA SILVA, p. 4).

Se por um lado suas bandeiras sociais não foram capazes de reconstruir a sociedade, seu fôlego literário construiu as bases nas quais se sustenta uma identidade cultural de cunho regional. Temos que “uma das maiores contribuições dos membros do Parthenon para a literatura gaúcha foi a implantação do Regionalismo, escolhendo o tipo humano popular associado às atividades pastoris como base da expressão artística” (SALDANHA, 2003). Aí está o gauchismo, como uma forma ampla de apreensão e preservação do gaúcho.

A expressão literária do Parthenon imprimiu em suas obras diferentes formas de representar e designar o gaúcho e seu universo folclórico, o qual estava ligado, invariavelmente às atividades

campeiras. Assim, “nos primeiros trabalhos literários não havia forma única de representação desse tipo. Os autores usavam em suas obras denominações como vaqueano, campeiro, camponês e tropeiro” (SALDANHA, 2003). Temos, assim, que “[...] nossa Literatura Regionalista nasceu e estabeleceu-se, bebendo na fonte das inspirações atributos para seu reconhecimento e fixando nossa identidade perante o mundo. Semeando sua presença em nossa música, dança, linguajar e causos, que nascidos nos galpões mantiveram-se firmes na urbanidade, mostrando de onde viemos e para onde vamos” (COSTA DA SILVA, p. 5). O gaúcho da literatura, ou melhor, o mundo pastoril da literatura, inaugura uma cadeia de manifestações culturais: o gaúcho que era descrito em prosa, e que logo foi cantado, declamado, pintado, esculpido, e, finalmente, representado e reinterpretado pelas atividades artísticas desenvolvidas em associações e instituições.

5. REGIONALISMO E IDENTIDADE RIO-GRANDENSE

A construção da identidade sociocultural regional é sustentada por referências de diferentes áreas, como a literatura, a história, geografia, memória, etc., as quais são “pinçadas” de contexto mais amplos e originais e inseridas em novas posições, dentro de uma nova construção. Nota-se: as referências não correspondem a totalidade do contexto social real/histórico ou intelectual das ciências do qual foram retirados. São escolhas orientadas. Assim ocorreu com o campeiro na literatura, e com o gaúcho nos demais processos culturais institucionalizados ao longo do século XIX e XX.

No século XXI, por outro lado, vê-se que muito deste patrimônio encontra-se hoje estabelecido e consolidado. Mas isso não o “blinda” contra questionamentos externos. Tão pouco o exime da responsabilidade de refletir sobre suas bases de sustentação, sobre sua metodologia de ação e, por fim, de refletir sobre qual sua responsabilidade e deveres no longo e imprescindível processo de construção de uma sociedade mais justa, com mais equidade e respeito aos direitos humanos fundamentais. Mas, esta consolidação o permite oferecer respostas aos questionamentos e lhe confere a capacidade de dialogar com diferentes atores sociais.

As identidades são inseridas no território (espaço), designando grupos culturais, de modo que a *coesão social* de uma totalidade, ou o reconhecimento de um grupo dentro de uma totalidade social, se dá pela partilha de traços culturais reconhecidos por significativa parcela dos membros do grupo (embora a totalidade seja o objetivo final).

Estes traços culturais partilhados podem pertencer a duas dimensões distintas, ou duas naturezas, a saber:

1. Sinais ou signos manifestos – os traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida; e 2. Orientações de valores fundamentais – os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas. Desde que pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa que possui aquela identidade básica, isso implica igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade (BARTH, 1998, p. 194).

A construção das identidades culturais assenta suas bases em ambas as dimensões, tanto aquelas de manifestação estética (estilo de roupa, forma de falar, etc) e as manifestações comportamentais (que compreendem condutas e formas de agir, reconhecidos, dentro do grupo cultural como “posturas morais” ou “posturas éticas”). A construção da identidade cultural regional fundamenta-se nestas dimensões e, em conjunto, constrói uma “estética” identitária: o gaúcho.

O Rio Grande do Sul possui uma imagem do gaúcho já cristalizada no imaginário social regional, após décadas pesquisas e divulgação de manifestações, muitas vezes, institucionalmente dirigidas. Foi “[...] escolhido como herói fundador para simbolizar, como emblema, a ocupação do território e sua exploração econômica, através da exaltação da bravura de sua dupla atuação como

homem do campo e guerreiro, como seu legado” (BRUM, 2013). Assim, o gaúcho histórico tem pinçadas algumas de suas características para dar forma ao gaúcho cultural, o qual por sua vez, dá forma ao patrimônio cultural identificador no Rio Grande do Sul.

Enquanto expressão principalmente estética, apresenta formas, cores, símbolos, ritmos, linguagem, hábitos, etc., os quais são complementados por traços morais definidos (comportamento). “Identidade e alteridade trabalham entre si pela metáfora do espelho, onde a designação e a qualificação do ‘outro’ é um dizer-se de si mesmo” (PESAVENTO, 1999, p. 124). Neste sentido, apontar o que os outros são consiste em dizer o que não somos; destacar o que somos como algo notável, implica em não reconhecer tais características no outro.

PARTE II

O TRADICIONALISMO NO SÉCULO XXI: NOVAS PERSPECTIVAS

1. A IDENTIDADE REGIONALISTA GAÚCHA RIO-GRANDENSE NO SÉCULO XXI

À primeira vista, a sentença “identidade regionalista gaúcha rio-grandense” soa como um pleonismo grosseiro, uma vez que seria a identidade rio-grandense, a gaúcha. Contudo, buscando romper as noções superficiais, temos que o Rio Grande do Sul e sua história é profundamente multiétnico e multicultural. Deste modo, tem-se que o “gaúcho” é uma das expressões de identidade possíveis do Rio Grande do Sul, de natureza regionalista, cuja gênese cultural data do século XIX, inspirado em parcialidades da sociedade colonial da região do pampa.

Enquanto construção cultural, a identidade é dinâmica, e está sujeita às influências sociais diversas, o que pode alterar em graus diversos as identidades, inclusive as consolidadas. Ilustrando essa possibilidade, tem-se a dissertação *A Representação do Gaúcho no Cinema e as Relações de Identidade entre Filme e Espectador Jovem e Universitário* (2016)³, de Bruna Facchinello. Embora o grupo de pesquisa deste trabalho seja restrito (jovens e universitários – de diferentes regiões do RS), a pesquisa consegue identificar a relação existente entre os indivíduos contemporâneos com a identidade gaúcha. Assim é indicado que “85% dos entrevistados se consideram gaúchos, mas ao descreverem um gaúcho, os estudantes recordaram da figura literária do homem de bombachas, chimarrão e cavalo e não de uma imagem semelhante a si; [...] mesmo sem bombachas, os participantes desta pesquisa se consideram integrantes do povo gaúcho.” (FACCHINELLO, 2016, pg. 99). Estes dois aspectos indicam o *gaúcho* como uma categoria identitária hegemônica (85%) no universo da pesquisa. Tal relação aparentemente assenta-se em perspectivas mais gentílicas e menos cultural ou histórica. Há, inclusive certo distanciamento entre a percepção do gaúcho histórico e o “ser gaúcho” da atualidade.

Este distanciamento pode encontrar justificativa no desafio de construção de memórias coletivas, sobretudo quando se tratam de memórias não vivenciadas, mas sim, incorporadas. Vale ressaltar que a memória (coletiva ou social, não apenas a memória individual) é uma categoria essencial dos movimentos culturais de vertente histórico-cultural comprometidos com a preservação de um patrimônio cultural e histórico determinado. Esse é o caso do tradicionalismo que é uma manifestação consciente e autônoma no universo social rio-grandense, frente às invasões culturais do século XX. O desafio da “memória” nesta construção é consolidar nas novas gerações memórias coletivas de experiências não vivenciadas, as quais são parcelas fundantes da identidade, pois tais memórias são tomadas como “referências ou modelos” de condutas e valores que podem ser úteis e benéficos para a sociedade contemporânea.

Já a memória coletiva é uma “dimensão” “[...] integrante e produto social composto por grupos de pessoas que por suas relações, compartilham e recebem histórias do todo construindo assim sua memória” (FACCHINELLO, 2016, pg. 27). Há neste processo um evidente esforço, ou, pelo menos, tendência de unificação dos indivíduos. Esta unificação, longe de ser expressão de uma massificação

conservadora da sociedade, e vetor para o aprofundamento de relações de solidariedade entre os indivíduos, que percebem entre si origens comuns e, por isso, dividem um mesmo destino.

Estas memórias mantêm relação direta com aquilo que o indivíduo (ou grupo) sabe (ou pensa saber) sobre a história e o contexto da “realidade” que aí é expressa. Assim, havendo a posse de referências suficientes sobre o passado, advindas de diferentes fontes (grupos de indivíduos organizados em instituições, por exemplo), e plataformas (cinema, monumentos, literatura, etc.) as construções representativas do passado serão estáveis e reconhecíveis, fortalecendo a memória coletiva previamente adquirida ao mesmo tempo em que a fortalece.

É claro que a memória coletiva é construída pelos indivíduos no dia a dia da sociedade. Não é algo pronto. É algo que apenas existe quando as pessoas lhe atribuem significado e sentido. Desse modo, poderá estar em constante alteração, de acordo com a intensidade da repetição dos seus parâmetros, acréscimos ou supressões.

2. O GAUCHISMO

O tradicionalismo, como exposto, possui um corpo conceitual definido e delimitado, inclusive com uma historicidade, na qual é possível localizar a constituição e evolução de seus pressupostos. O gauchismo, igualmente, possui bases e referências conceituais e teóricas, mas mais amplas e fluidas. Em vista das perspectivas históricas do gaúcho, o gauchismo dialoga com um conjunto mais amplo e plural de atores e agentes sociais, não apenas no Rio Grande do Sul, mas também na Argentina e no Uruguai. Esta condição implica em percepções distintas acerca da realidade histórica e realidade social, o que se traduz em ações e práticas próprias a cada uma destas percepções. Neste ínterim, enceta-se que o tradicionalismo não é o gauchismo. O gauchismo é uma voz que “canta” o gaúcho se acordo com conceitos sociais e histórico (com toda a sua pluralidade e complexidade).

2.1. O GAUCHISMO COMO UM PARADIGMA SOCIAL

Ao evocarmos o gauchismo, busca-se promover uma percepção do gaúcho a partir de um olhar hodierno, reconhecendo seus papéis históricos e os seus desafios na contemporaneidade, enquanto indivíduos e enquanto sociedade. Este gauchismo é um *modo de ser e de agir*, socialmente comprometido tendo como núcleo o sentimento de pertencimento a uma comunidade, com a qual possui laços de solidariedade. É uma forma de estar no mundo, interagir e alterar a realidade vivida, sem negar as individualidades. Esta visão desdobra-se do adjetivo gentílico “gaúcho”.

Nesta percepção, ocorre um deslocamento do eixo do “*exercício do poder*” social, não apenas na comunidade tradicionalista, mas sim, na sociedade como um todo. Historicamente este poder esteve nas mãos de limitados segmentos hegemônicos hoje, deve estar distribuído horizontalmente na sociedade, discutindo e refletindo sobre questões como conservadorismo, racismo, clientelismo, machismo, elitização do poder, etc. É uma expressão cultural que propõe o diálogo entre segmentos sociais e o resgate e valorização de grupos silenciados pela historiografia tradicional. Aí está o gauchismo cultural, em seu sentido melhor burilado. É o redimensionamento do sentimento de pertencimento, em um novo tempo e novo contexto, no qual a cultura regional. É importante frisar que o tempo passa, alheio à vontade humana. O tempo passa, queremos ou não, apresentando novas demandas e questionamentos.

Há uma nova percepção acerca da realidade, na qual é ponderado que o Rio Grande do Sul de hoje, seu povo e sociedade não são mais os mesmos de 1868 ou de 1898. Tão pouco são os mesmos de 1947/1948, embora alguns problemas seculares ainda grassem, tais como ocorre com as questões sociais, de gênero ou raciais. Mas, a ferramenta para interagir com esta nova realidade, é a mesma: a cultura regional como mecanismo de valorização das pessoas.

Deve-se, portanto, tomar a sociedade e a população pelo que são hoje, e não pelo que foram à época da Guerra dos Farrapos, ou da Guerra do Paraguai. Busca-se identificar o que os aflige e oferecer

alternativas à superação de suas deficiências, através da educação, artes, artesanato, enfim, através da valorização do patrimônio cultural local.

O gauchismo é um universo. É uma totalidade enraizada no próprio gentílico “gaúcho”, o qual, devida, ou indevidamente, tem a pretensão de a todos abarcar, abraçar e representar. É uma expressão tão social, quanto cultural, o que equivale a ponderar que seus compromissos sociais (conexão com as questões de direitos civis, respeito às minorias, reconhecimento de direitos individuais e coletivos, etc.) são tão relevantes quanto seus compromissos culturais (e aqui se enquadram todas as expressões culturais presentes no contexto em que o gaúcho histórico se fez presente).

3. TRADICIONALISMO COMO ALTERNATIVA CULTURAL NOS SÉCULOS XX E XXI

O tradicionalismo apresenta-se como uma resposta orgânica de determinados setores sociais rio-grandenses à entrada (invasão) de influências culturais globalizantes, como ocorrido, por exemplo no contexto pós 2ª Guerra Mundial com a emergência cultural dos Estados Unidos. A ele, ao longo de seu processo de estabelecimento, acorreram diferentes segmentos e representantes das estruturas hegemônicas locais, guiados por interesses específicos. Corresponde em certa medida, a um processo de seleção de aspectos históricos, sociais, geográficos e culturais do Rio Grande do Sul, tomados como significantes na história rio-grandense. Esse é processo é também uma alternativa de resistência local às influências globalizadoras de escala mundial.

O tradicionalismo mantém estreita relação com questões filosóficas, as quais fundamentam sua prática e orientam a ação individual). Pode ser considerado, neste sentido, como o “estado de consciência” no qual o sujeito de forma racionalizada expressa-se através dos pressupostos teorizados e, por fim explicitados em documentos como a “Carta de Princípios” e a tese “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”.

A este movimento corresponde um corpo conceitual e teórico bastante claro, lapidado ao longo do seu próprio processo de constituição e consolidação. Assim, se na década de 40 do século XX o tradicionalismo surgia em oposição à cultura de massa que emanava dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra (1939 – 1945) e na defesa dos valores e padrões culturais locais, as décadas seguintes sinalizaram a formação de uma cultura regional de massa, padronizada, aberta a toda a população, mas as vezes, com dificuldade de compreender esta mesma população.

É claro que esta perspectiva representa exatamente isso: uma perspectiva, ou seja, um olhar – e não uma unanimidade. Este alerta vem frisar que, apesar da existência de tendências uniformizantes nesta matriz cultural, sempre houve olhos acurados e vozes distintas, as quais percebiam e defendiam um Rio Grande do Sul plural, mesmo quando se tratava de aspectos unificantes, como a indumentária. Para Paixão Cortês (CORTÊS, 2001, p. 27 *apud* CARDOSO, MÁXIMO, 2011, p. 6) a indumentária (aspecto estético da cultura), por exemplo, a indumentária de invernadas artísticas deve manter-se “longe de errôneas uniformizações de modelos, cores e padrões, que acabam despersonificando o usuário [...]”

A bombacha e o vestido de prenda (aspectos unificantes do gaúcho) são, neste sentido, tomados como expressão de uma individualidade dentro de uma totalidade, ou seja, amplia-se a perspectiva sobre a indumentária gaúcha, admitindo-se modelos, cortes, tecidos, estilos, para além daqueles consagrados pelas invernadas artísticas uniformizadas, que são igualmente pertinentes quando respeitam as diretrizes históricas. O bom senso é um bom amigo de todos os indivíduos e de todas as instituições. Dito isso evidencia-se que as diversas possibilidades de confecção de indumentárias (ou de qualquer outra manifestação cultural de cunho tradicional) devem estar pautadas por uma historicidade reconhecível, senão por todos, pelo menos por determinados setores. Esta padronização, ou massificação da cultura, além de aspectos materiais atinge também aspectos geográficos. Nesta perspectiva, uma determinada “forma” passa a ser vista como “modelo” para outras regiões, extrapolando seus limites geográficos históricos, por vezes, abrangendo todo o Rio Grande do Sul. Assim, por um lado, há um

esforço evidente e sincero de preservação cultural e valorização das matrizes histórico-culturais rio-grandenses e, por outro, uma massificação.

No caso da cultura regionalista preponderante no Rio Grande do Sul, esta massificação ocorre “dentro de uma denominação em comum – o gaúcho –, em que semelhanças definem quem pertence ao grupo, as diferenças são amenizadas e/ou anuladas. Assim, o conceito de identidade, pelo viés essencialista, pode encobrir diferenças, sejam de classe, sejam de gênero e/ou etnia” (FAÉ, 2011, p. 5). As semelhanças são recolhidas de diversas áreas, como a história, geografia, filosofia, linguagem, etc.). Mas este processo ao tempo que acolhe também descarta traços e aspectos ignorando as tensões sociais e, por fim, simplificando grupos étnicos presentes no Rio Grande do Sul, os quais apenas são citados em sua relação com o “tipo” humano padrão (o gaúcho sedentário – seja peão ou patrão – das estâncias).

Coube ao tradicionalismo a tarefa de resgatar preservar e proteger o “gaúcho”, quando ninguém mais o fazia e, pior que isso, marginalizavam-no e ao seu modo de vida. Deste modo, é perceptível a estreita ligação entre tradicionalismo e o gaúcho.

Deve-se levar em consideração que a sociedade rio-grandense deixou a cargo do tradicionalismo a responsabilidade de se tornar promotor e guardião do gaúcho. Mas vale lembrar que este esforço se dá pela ótica do tradicionalismo, ou seja, possui uma visão institucional. Sempre é pertinente lembrar que outras visões são possíveis.

4. O SÉCULO XXI: O TEMPO PRESENTE

Apesar de extrema, a hipérbole “vive-se em um novo mundo todos os dias” possui sua pertinência, pois expõe a rapidez com que as certezas científicas, padrões comportamentais e conceitos sociais são vistos e revistos, fortalecidos, ou abandonados, influenciando de forma contundente a vida das pessoas, tanto na dimensão individual quanto coletiva. As mudanças que tem lugar na sociedade (como a produção do conhecimento, circulação de informações, relativização de pressupostos morais, etc.) são diversas e, ocorrem com tal rapidez que transmitem a impressão de que o tempo e a própria realidade, tornara-se líquidas, de modo a desfazer suas formas e sentidos à noite, para assumir novas formas e sentidos na manhã seguinte.

Hoje a sociedade rio-grandense, assim como a brasileira e mundial, apresentam vivo e dinâmico desenvolvimento em diversas áreas: tecnologia, economia, bem-estar e saúde, etc. Além destas grandes áreas, as relações humanas igualmente passaram e passam (e passarão ainda), por debates e revisões, os quais tem prestado indescritível serviço à humanidade, ao ampliar a condição de cidadão a grupos antigamente marginalizados por razões de raça, religião, condição econômica, etc. Estes debates evidenciaram a crueldade implícita e explícita de sistemas sociais outrora considerados “normais” (como a escravidão e a exploração do trabalhador); a segregação pautada por características eleitas pelas classes dominantes; a violência e desrespeito aos direitos humanos dos segmentos subalternos na divisão do poder (político, econômico, religioso, cultural) perpetrada nas relações sociais verticalizadas.

A sociedade contemporaneamente, neste sentido, apresenta evoluções e progressos também, na área da moralidade. Não aquela moral maledicente da recriminação dos desvios e tropeços tão comuns à espécie humana. Mas sim, a moral na qual o sujeito anseia por melhorar a si próprio e, neste processo, tornar-se mais humano, compreensível, indulgente e acolhedor ao próximo, visto como seu irmão de jornada.

Esta nova percepção do ser humano sobre si mesmo e sobre sua comunidade torna imperiosa a missão de todos, a promover os ideais que outrora moveram e animaram a sociedade gaúcha. Para citar apenas um exemplo de ideais, tem-se o lema da Revolução Farroupilha Liberdade, Igualdade e Humanidade. A diferença daquele tempo para este é que hoje, qualquer pessoa possui melhores condições técnicas e morais para promover estes valores.

Neste contexto, onde as mudanças ocorrem com grande velocidade, a perda das referências sobre os quais as sociedades se estruturam para viabilizar sua organicidade é um risco concreto. Por isso

torna-se imprescindível a efesa dos parâmetros históricos e culturais que justificam e explicam a origem e a sobrevivência das sociedades sob pena de, se não o fazê-lo, sejam consumidas por outras identidades, sejam de natureza cultural, social, política, etc. E, neste concerto, as tradições desempenham significativo papel, uma vez que fortalecem as identidades sociais e culturais locais, dos indivíduos e grupos sociais, estimulando “formas próprias de estar no mundo” e com ele se relacionar, evidenciando um certo tipo de autodeterminação que não admite subserviência às tendências externas.

Contudo, temos claro que “tradição não é voltar ao passado, mas cultuar o passado”, pois o passado não é destino. É ferramenta. O passado não pode ser objetivo a ser alcançado. Tão pouco pode ser um projeto de futuro de uma comunidade. O passado pode sim, por se tratar de local de guarda de experiências bem-sucedidas e de exemplos ditosos, inspirar nossa ação presente. Mas com a ressalva que o passado não mais existe, por isso é inalcançável. E, os vestígios e resquícios que alcançam nosso tempo, atestam que assim como somos hoje, a humanidade pretérita era igualmente imperfeita. Portando, nem tudo o que sabemos do passado, ou que dele temos acesso, é benéfico e pertinente aos nossos tempos.

Não podemos – nem devemos – viver como no passado. Não há meio para acessá-lo, ou benefícios advindos desta intenção. Devemos sim ser cidadãos de nosso tempo, atentos às novas demandas sociais (e não apenas às necessidades particulares e aos interesses próprios), uma vez que o bem-estar coletivo passa necessariamente pelo amparo e pela acolhida das necessidades de todos por todos. Assim, o tradicionalismo poderá ser uma força em ação para o desenvolvimento de valores e de promoção dos direitos humanos.

Uma das ferramentas de atuação do tradicionalista deve ser justamente o passado, tomado como lugar de guarda de valores e de exemplos que podem ser úteis para a construção de uma sociedade mais humana, onde cada indivíduo é responsável pela promoção da solução dos problemas sociais e pela conquista do bem coletivo.

A cultura regionalista do Rio Grande do Sul é a expressão da identidade cultural e histórica local, a qual se evidenciou e se institucionalizou no momento em que as culturais locais eram ameaçadas por influências externas. Não apenas no Brasil esse fenômeno teve lugar, uma vez que, no Pós-Segunda Guerra Mundial, a influência dos Estados Unidos espalhou-se em escala global, sobretudo no Ocidente. A cultura regionalista do Rio Grande do Sul bebe das fontes populares de seu povo, cuja origem está associada aos saberes e fazer da população rural do estado. Esta cultura não pode ser, portanto, uma forma de manutenção de poderes, consagrada pelo conservadorismo social, político e econômico de outrora.

Um ponto crucial, na contemporaneidade do tradicionalismo gaúcho reside em sua própria dimensão social, uma vez que este movimento cultural em vista de sua abrangência e relevância detém uma capacidade ímpar para perceber e intervir na realidade social. Daí vem a questão: o tradicionalismo se justifica unicamente para atender a ideologia tradicionalista e seus adeptos, ou se configura (rá) em um movimento de ação, socialmente responsável, em favor de todo o povo rio-grandense, capaz de promover o desenvolvimento e fortalecimento desta população?

Se o tradicionalismo não se conectar às demandas sociais dos locais onde estão inseridas as entidades tradicionalistas (CTGs, piquetes, etc.), o movimento será apenas a reunião de diversos clubes, os quais têm como missão, atender as demandas de seus sócios. Serão entidades privadas com missão e objetivos privados (dos sócios), contrariando a já citada “Carta de Princípios”, sobretudo no que preconiza seu primeiro artigo.

Nesta perspectiva o tradicionalismo é posto como uma expressão possível, entre outras expressões da identidade cultural do povo do Rio Grande do Sul. Isto, pois, se concentra em aspectos e sujeitos históricos específicos.

Sugere-se o tradicionalismo como uma possibilidade cultural e metodológica para pensar e interpretar o Rio Grande do Sul, sua população (em termos culturais e históricos) sua cultura tradicional de origem campeira e as reinterpretações contemporâneas que são expressas pelas entidades tradicionalistas. O tradicionalismo é uma forma de leitura do universo do gaúcho. É uma interpretação.

universo. Há a construção de uma linguagem específica, que nos permite dialogar com essa parcialidade.

Merece, portanto, atenção esta condição, sob pena de que, se não observada, este movimento sociocultural feche-se sobre si mesmo, atendendo as necessidades da parcela da população que estabelecesse uma identificação (seja étnica, cultural, histórica) ortodoxa com esta construção, sem espaço para o diálogo.

5. OS NOVOS DESAFIOS DOS NOVOS TEMPOS: POR UM TRADICIONALISMO HUMANIZADOR

A periodicidade com que o tradicionalismo revê e recompõe suas bases enceta sua capacidade dialógica com a sociedade. Desde sua origem, as entidades que agem em seu nome carregam consigo um senso crítico e de responsabilidade social bastante apurado, de modo que os centros de tradições gaúchas não são percebidos, pelos tradicionalistas, como um clube. Antes de tudo, seriam o resultado de um somatório de forças e vontades em prol das tradições gauchescas, reforçados pelas tradições rurais das comunidades em que estão sediadas. É o encontro cultural de uma dimensão local com uma realidade sociocultural.

Por isso, é pertinente considerar que a grande questão do tradicionalismo contemporâneo reside em sua relação com a sociedade atual e na capacidade deste movimento de dialogar com a realidade presente. Temos que uma das grandes reflexões para este momento, com fins de balizar e até fortalecer o movimento tradicionalista, consiste em manter os verdadeiros propósitos de sua fundação e o pensamento dos seus fundadores, em harmonia com o momento atual, marcado pelos avanços tecnológicos, filosóficos, políticos e pela diversificação das expressões de vida e sociedade apresentadas a cada dia, seja no âmbito social, cultural ou individual.

Se por um lado a preservação dos ideais históricos do tradicionalismo é uma missão, de outro, o respeito pela individualidade e diversidade de pensamento parece-nos uma obrigação. Talvez por isso se torne latente a necessidade de encontrarmos homens e mulheres dispostos de teorizar e balizar de forma clara o caminho a percorrer no mundo que não é mais o mesmo dos nossos avós, ou aquele em que nascemos e crescemos.

Os nossos precursores foram homens e mulheres de mentes e princípios iluminados. É sabido que as bases fundantes do movimento tradicionalista vieram de homens ligados ao campo e com ideais de preservação de determinados valores, comportamentos e princípios que estavam a perigo em determinado momento. Não pode ser negado que hoje temos um movimento com efervescência, porém participação maciça de pessoas do meio urbano e, portanto, com vivências e características diferenciadas daquelas do momento da criação do movimento tradicionalista.

O desafio que se apresenta, mostra-se urgente: conciliar os princípios fundamentais e a essência do movimento com a atualidade de um mundo de novas discussões sociais, de diversificação política e de dificuldades de inclusão de setores e pensamentos da sociedade.

Tendo o movimento um compromisso social relevante, torna-se necessário ponderar como se preparar para enfrentar esses desafios e conviver com a atualidade sem abrir mão dos nossos ideais fundantes.

6. UM NOVO "ETHOS CULTURAL"

A trajetória histórica do tradicionalismo e o amadurecimento e consolidação de seus pressupostos sugere que após décadas de atuação, há hoje um tipo de "*ethos*⁵ tradicionalista", o que vem a ser uma construção nova, orientada institucionalmente. Nesta construção o *contato e a integração entre as gerações e as relações de ensino-aprendizagem* são primordiais para sua efetivação, e para a consolidação do gaúcho como elemento de identificação e aglutinação social.

Em outras palavras, este ethos é tomado como “[...] a forma como organizamos nossa casa [...]” (BOFF, 2005, p. 29). Esta arrumação (organização) em um sentido literal e em sentido simbólico também busca sua inspiração no ethos do gaúcho histórico e do gaúcho cultural. Mas, possui características próprias, o que por sua vez se traduz em ações (trabalho) específicos. Se o mundo do trabalho mercantilista/capitalista orientava a ação do gaúcho histórico, a educação, as relações entre gerações, a valorização da tradição regional orienta esta nova construção, não por perceber um fim em si mesmo, mas sim por perceber a cultura como meio para a promoção humana.

Por décadas o tradicionalismo, através da ação devotada dos tradicionalistas promoveu a cultura regional. Esse foi o período de consolidação da cultura regional frente ao assédio de influências que tendiam sufocar as particularidades locais em nome de projetos nacionalizadores ou globalizadores, onde um único “modo de ser” deveria ser seguido por todos os povos sob sua influência, ou seja, buscavam converter manifestações locais em nacionais ou globais, que reduziam todos os indivíduos a meros consumidores dos mesmos modelos e produtos.

A partir da consolidação das bases culturais e identitárias do *regionalismo gaúcho*, que tem no gaúcho e em seu patrimônio sociológico e natural seu emblema maior, é chegado o momento de alterar àquela lógica: se, no passado, através da ação dos indivíduos se dava a promoção da cultura, agora deve-se, através da cultura promover os indivíduos de forma integral, capacitando-o a uma vivência cidadã. Este indivíduo, enfatiza-se, não faz referência ao indivíduo propriamente dito, mas sim, à coletividade, à humanidade.

Assim, o tradicionalismo contemporâneo é chamado para se posicionar frente a realidade social com a qual se depara, para ou enxotar ou se conciliar com o mundo (realidade) em que está inserido. Em outras palavras: ou o tradicionalismo fecha-se sobre si mesmo fazendo-se surdo às mazelas sociais e as transgressões aos direitos humanos, individuais e coletivos, ou percebendo esta realidade, evoca seus valores e suas ferramentas (cultura), para promover o bem coletivo. Dito isso, enfatiza-se que o discurso “eu sou gaúcho”, o qual conecta o sujeito a uma corrente de pensamento que não é a única possível, não o isenta de buscar promover o Estado e a Sociedade à novos patamares de dignidade humana inclusive para aqueles que não se reconhecem como gaúchos, ou tradicionalistas.

O tradicionalismo na contemporaneidade não pode ser, ou ter, um fim em si mesmo. O tradicionalismo não pode ser um ponto de chaga – haja visto, que já chegou. O tradicionalismo hoje é uma ideologia, um comportamento, uma filosofia já consolidada na sociedade rio-grandense e brasileira. Já tem capacidade, há tempos de responder com clareza e autoridade os questionamentos que recebe e as críticas que lhe são perpetradas.

Nesta nova perspectiva, temos que tradição é origem e, tradicionalismo, é caminho. É um meio pelo qual a construção de uma nova sociedade pode ser erigida. Às diversas formas pelas quais a sociedade civil pode estruturar novos laços de solidariedade entre seus membros, ou superar as mazelas que fragmentam a dignidade humana, surge o tradicionalismo, o qual oferece o conjunto de seu patrimônio cultural e moral como argamassa à construção de uma nova sociedade, mais justa e humana.

Hoje, ao lado das temáticas culturais, uma série de outras temáticas sociais se tornam latentes e patentes de atenção, de todos os setores da sociedade. Hoje figuram outros arranjos sociais, igualmente importantes, como é o caso da promoção do ser humano e da cidadania através da cultura.

Como exemplo desse novo perfil do tradicionalismo (não tão novo), tem-se o Plano de Ação Social. Este plano levantou de forma inequívoca e necessária uma nova bandeira ao tradicionalismo, a qual, mais que qualquer outra, justifica a razão de ser e de estar do tradicionalismo na sociedade contemporânea. O Plano de Ação Social é sintomático desta nova realidade social e desta nova perspectiva cultural, já em 1983 e, que vem sim sendo trabalhada por entidades tradicionalistas e por indivíduos, em ações sociais, assistenciais e de acolhimento. A cultura já é usada como ferramenta de promoção humana. É chegado o momento de vivenciar estas experiências particulares como um uma diretriz que de forma clara, reconheça que as pessoas são importantes, mesmo quando não dividem conosco, filosofias e ideologias.

Devemos pensar no tradicionalista como um ser humano primeiro, que vive em uma sociedade maior que a sociedade tradicionalista. Devemos procurar promover e desenvolver habilidades humanas, pois, assim, a partir de bons humanos, temos bons tradicionalistas.

Tendo em perspectiva a dimensão humana do ser, torna-se igualmente latente e necessidade de reflexão sobre a burocracia tradicionalista, a qual corre o risco de valorizar mais os regulamentos do que as pessoas. Podem ocorrer, sem esta análise, situações em que inibimos, constrangemos, desclassificamos, impedimos de participar e até punimos, homens e mulheres e especialmente jovens por pequenos detalhes que foram sendo incrementados em regras detalhadas que poderíamos substituir pela observância dos princípios e finalidade do nosso movimento. A diferença entre o sucesso e o fracasso reside, hoje, não no esforço empreendido, mas sim em um valor atribuído, que pode ser de milésimos de diferença entre o *sucesso pleno* e o *fracasso total* das pessoas e entidades.

Ser solidários, elogiar, ajudar indivíduos e a sociedade a ser melhor e ter uma participação social cidadã e edificante, e que inclua em vez de excluir parece ser o propósito para o qual se justifica a nossa existência.

A alta valorização material em nossos eventos e inclusive em alguns casos a exigência de altos investimentos para que se possa participar em condições razoáveis exige uma reflexão, sob pena de impossibilitarmos muitos, especialmente jovens de participarem ativamente das atividades tradicionalistas.

Assim acreditamos que precisamos despertar para a realidade e abraçados em nossos princípios e fundamentos nos movimentar de acordo com o que a realidade atual nos exige.

É por isso que o compromisso tradicionalista com o passado não deve ser maior que nosso compromisso com o presente. Tampouco, nosso compromisso com as pessoas de outrora deve ser maior que nosso compromisso com as pessoas de hoje. As pessoas de ontem e o passado ganham importância quando são tomados como referências para edificar, pelo exemplo e pelos valores, o momento atual. Ganham importância quando se mostram pertinentes enquanto ferramenta de promoção da sociedade. Enfim, o tempo pretérito e seus habitantes, a cultura e a tradição são ferramentas de intervenção no presente, com vistas a valorizar a experiência histórica e atual da sociedade.

Tradicionalismo se conecta a educação, à transmissão de valores, ao intercâmbio entre as gerações. E, tanto o tradicionalismo quanto a educação têm o poder de mudar o ser humano. E, por fim, será este novo ser humano que construirá um novo mundo.

BIBLIOGRAFIA

BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Org.). Teorias da etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998.

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. In: Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar., 2005. Disponível em:< file:///C:/Users/User/Desktop/1503-2178-1-PB.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019.

BRUM, Ceres Karam. Em busca de um novo horizonte: o encontro de artes e tradição gaúcha e a universalização do tradicionalismo. Horizontes. Antropológicos. vol.19 n.º.40, Porto Alegre July/Dec. 2013. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200012#nt04>. Acesso em fevereiro de 2019.

CARDOSO, Ariele Silvério; MÁXIMO, Maria Elisa. Rompendo Fronteiras: Manifestações Tradicionalistas Gaúchas em Santa Catarina. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Londrina – PR – 26 a 28 de maio de 2011. Disponível em:< <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0566-1.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2019.

COSTA DA SILVA, Carlos Eugênio. Regionalismo no Rio Grande do Sul: Uma Síntese de nossa História Literária. Disponível em: <https://www.academia.edu/13351094/Regionalismo_no_Rio_Grande_do_Sul_Uma_S%C3%ADntese_de_nossa_Hist%C3%B3ria_Liter%C3%A1ria>. Acesso em janeiro de 2019.

ESTIMA, Vinícius Marques. A História da Literatura do Rio Grande Do Sul, de Guilhermino Cesar: O Inventário do Período de Formação da Literatura Sul-Rio-Grandense. Dissertação. FURG, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2735/viniucusestima.pdf?sequence=1>>. Acesso em fevereiro de 2019.

FAÉ, Geneviève. Regionalidade em Simões Lopes Neto: Fortuna Crítica. REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, s. 2, ano 7, n. 8, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/reel/article/viewFile/3691/2920>>. Acesso em janeiro de 2019.

GOLIN, Luis Carlos Tau. Por baixo do poncho: Contribuição à crítica da cultura gauchesca. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena (org.). Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. (p. 27 – 34)

MAESTRI, Mário. Práticas corambreras na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. In: Maestri, Mário, Brazil, Maria do Carmo (org.) Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

MOURA, Maria Izabel Trindade de. Conceituações: Tradicionalismo. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/tradicionalismo/286>>. Acesso em janeiro de 2019.

NETO, Helena Brum. Regiões Culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. Dissertação de Mestrado. UFSM.- Santa Maria, RS, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9269/HELENABRUM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em fevereiro de 2019.

PESAVENTO, Sandra J. A cor da alma: ambivalências e ambiguidades da identidade nacional. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 123-133, 1999.

POZENATO, José Clemente. O regional e o universal na literatura gaúcha. Porto Alegre: Movimento, 1974.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: _____. Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

QUADRI, Carina Bresolin. Resgatando a nossa cultura gaúcha através de danças e pajadas na escola. 2018. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/resgatando-a-nossa-cultura-gaucha-atraves-de-dancas-e-pajadas-na-escola/160540>>. Acesso em dezembro de 2019.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: História Geral do Rio Grande do Sul. Coordenação Geral Nelson Boeira, Tau Golin; Diretores dos Volumes Fernando Camargo, Ieda Gutfreind e Heloisa Reichel. V. 1. Colônia – Passo Fundo: Méritos, 2006.

SALDANHA, Benedito. A Mocidade do Parthenon Literário. Porto Alegre, Editora Alcance, 2003.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFRIEND, Ieda. As Raízes Históricas do Mercosul. São Leopoldo; Ed. UNISSINOS, 1996.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

¹O mais célebre deste grêmio foi o Grêmio Gaúcho, fundado em 1898 pelo major Santa-mariense João Cezimbra Jacques. Jacques “possuía todo um projeto para o culto das tradições gaúchas, mostrando a necessidade de preservar os valores atribuídos ao gaúcho como herança-chave na formação das novas gerações. A construção simbólica da figura do gaúcho espelha a adaptação do termo como um dos tipos humanos que habitava a região.” (BRUM, 2013).

²“Na prosa, podemos avultar, entre outros, Aquiles Porto-Alegre com a narrativa *O Tropeiro* (1872), Alberto Coelho da Cunha (Vitor Valpírio) com a novela *Um Farrapo não se rende* (1874 – 1875) e José Bernardino dos Santos com a coleção de contos *Serões de um Tropeiro* (1875). Antes deles, José Antônio do Vale Caldre e Fiação, bem antes de colaborar com a fundação do Parthenon Literário, destaca-se com *A Divina Pastora*⁴ (1847), obra considerada o marco inicial do regionalismo na literatura brasileira. Embora desenvolvendo uma temática regionalista, sabemos que a maioria dos autores nunca teve um contato efetivo com o campo e sua lida, transcrevendo em suas obras não a vivência, mas a observação, a imaginação [...]” (COSTA DA SILVA, p. 4).

³Este trabalho analisa “[...] como se tem construído a identidade da geração nascida entre 1987 e 1997 e a interferência da cinematografia nas relações de memória e identidade. (FACCHINELLO, 2016, p. 6), a partir de obras cinematográficas. “O cinema, abordado por esta dissertação, é o produzido no Rio Grande do Sul e o personagem — que ultrapassa as fronteiras cinematográficas, sendo hoje um estereótipo do indivíduo — é o gaúcho. Este mesmo gaúcho também pode ser encontrado na literatura, nos programas televisivos, nas charges e nas histórias em quadrinhos, entre outros suportes e produtos culturais. (FACCHINELLO, 2016, pg. 11).

⁴Termo indicado pelo Senado Federal em Adjetivos Gentílicos dos estados brasileiros. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/adjetivos-gentilicos/adjeti-vos-gentilicos-das-capitais-brasileiras>. Acesso em janeiro de 2019.

⁵ O “[...] sentido originário da palavra *ethos* na filosofia grega: a forma como organizamos nossa casa, o mundo que habitamos com os seres humanos e com a natureza” (BOFF, 2005, p. 29) exprime o conjunto de manifestações de comportamento, caráter e identidade de um grupo social. Corresponde, deste modo, a síntese de costumes e tradições de um povo e, suas relações endógenas e respostas às influências exógenas.